

ATA DA 13ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – BIÊNIO 2021/2023 DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA  
REALIZADA EM 02 DE FEVEREIRO DE 2022.

1 Ao segundo dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte dois, às nove horas e trinta  
2 minutos, em segunda chamada, realizou-se a décima terceira Assembleia Geral Ordinária – biênio  
3 2021/2022 do Conselho Municipal De Defesa Do Meio Ambiente – COMDEMA, realizada em  
4 ambiente virtual, com seguinte Ordem do Dia: 1. Leitura, discussão e aprovação da Ata da 12ª  
5 Assembleia Geral Ordinária do biênio 2021/2022; 2. Plano de trabalho Comitê Objetivos de  
6 Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2022 – Suzete Faustina Dos Santos e Fabio Tatsumi  
7 Maeshiro; 3. Política Público Privada (PPP), concessão dos serviços de Manejo dos Resíduos  
8 Sólidos e Limpeza Urbana do Município – Ademar Salgosa; 4. Remoção da Vila dos Criadores e  
9 recuperação ambiental da área; 5. Atividades das Câmaras Técnicas; 6. Assuntos Gerais. O  
10 Presidente iniciou a Assembleia cumprimentando todos os participantes, efetuou a chamada e a  
11 lista de presença será anexada a Ata. **Item 1**, a Ata foi enviada previamente por e-mail havendo a  
12 dispensa da leitura e a correção desta na Assembleia. A Ata foi **aprovada** e será encaminhada  
13 por e-mail para ciência junto com a lista de presença. Na continuidade o Presidente participou da  
14 nomeação do Sr. Marcos Libório como Secretário de Meio Ambiente e desejou-lhe um bom  
15 trabalho à frente da Secretaria. Sr. André deu as boas-vindas ao Secretário Marcos Libório e  
16 perguntou se será encaminhado aos Conselheiros o ofício comunicando a nomeação deste. O  
17 Presidente passou a palavra ao Sr. Marcos Libório que agradeceu em estar com todos dizendo  
18 que pretende esforçar-se no que acredita, agradeceu a parceria de todas as entidades, dos  
19 representantes do Governo e do Presidente. Informou que está participando como convidado e  
20 sua posse foi publicada ontem no Diário Oficial de Santos. Colocou-se à disposição do Conselho  
21 para um efetivo trabalho. Ressaltou que todos os Institutos aqui representados têm grande  
22 importância na vida ambiental do município. Agradeceu ao Sr. Marcio Paulo pela condução na  
23 gestão anterior e informou que acompanhará a reunião de sua sala de forma on-line. O Presidente  
24 agradeceu as palavras deste e informou que o COMDEMA fica à disposição para ajudar no que  
25 estiver ao alcance do conselho. Sr. Jean perguntou sobre a questão das secretarias e entidades  
26 que excederam a quantidade de faltas permitidas no ano de 2021. Sr. Ibraim reiterou a  
27 importância da presença dos conselheiros nas Assembleias. O Presidente respondeu que com  
28 base nas ausências do ano de 2021, o COMDEMA emitiu ofícios para: SEDUC, SEFIN, SMS,  
29 SECULT, SEGOV, SEPLAN e CET. Alertando sobre a questão do excedente de faltas que  
30 infringe o art. 4º, §6º da Resolução COMDEMA nº 02 de 17/09/2018. E também foram  
31 encaminhados ofícios as entidades: CIESP, CREA, IMA, COMEB e CENTRO ACADEMICO  
32 OCTAVIO BORBA quanto à exclusão do COMDEMA, por excederem o número de faltas em  
33 2021, de acordo com o Regimento Interno do Conselho. Explicou que deverá haver a  
34 substituição destas 05 entidades para conservar a paridade das Assembleias, sugeriu pautar  
35 este assunto na próxima Assembleia. Sr. Adilson informou da necessidade de encaminhar por e-  
36 mail aos conselheiros os ofícios sobre faltas e exclusões enviados as Secretarias e Entidades

37 conforme informado hoje e mencionou sobre acordo firmado entre a GIZ e SPA. Sugeriu que a  
38 SPA seja membro permanente do Conselho. O Presidente participou que enviará os ofícios e que  
39 pelo Regimento Interno a SPA consta em decreto como observador especial, porém verificará a  
40 questão. Sr. Ibrahim salientou a importância da participação efetiva dos conselheiros e ressaltou a  
41 necessidade de terem empatia e sensibilidade sobre questões ambientais. Sr. Andre participou  
42 que o tema da composição do COMDEMA seja pautado na próxima Assembleia e reforçou a  
43 importância de aumentar a representação das Entidades Ambientalistas dentro do conselho e que  
44 é importante rever a composição. O Presidente reforçou das 05 vagas a repor e que serão  
45 analisadas as sugestões de novas entidades e na próxima Assembleia deverá ser votada e  
46 deliberada à reposição das vagas. Sr. Jean lembrou sobre a questão do CREA e participou que se  
47 pode haver o revezamento entre os conselhos de classe. Sugeriu a indicação do Conselho de  
48 Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU/SP) na vaga do CREA e para outra vaga o Instituto  
49 Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU) – representado nesta Assembleia pela Sra. Gabriela  
50 Ortega. Solicitou que estas Entidades sejam contatadas encaminhando-se formalmente convite  
51 para representação (titular e suplente) no Conselho. O Presidente informou que solicitará o envio  
52 aos conselheiros de e-mail específico sobre o assunto para que estes encaminhem previamente  
53 sugestões de indicações de Entidades dispostas a participar do Conselho. Sr. Adilson perguntou  
54 de que forma ocorreu a inserção dos Sindicatos e expressou dúvida quanto à saída do CREA. Sr.  
55 Jean informou que o Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo (SASP) participou de  
56 publicação de Edital de Chamamento Público para Sindicatos sendo habilitado. Ressaltou que se  
57 houverem mais interessados nas vagas que sejam abertos procedimentos. Pontuou que a  
58 substituição do CREA seja natural devido à ausência deste nas Assembleias. O Presidente  
59 reiterou que o assunto seja tratado na próxima Assembleia. No **item 2**, Apresentação do Plano de  
60 Trabalho do Comitê de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – 2022. Sra. Suzete (SEGOV)  
61 informou que a Secretaria de Governo (SEGOV) e a Ouvidoria, Transparência e Controle (OTC)  
62 são responsáveis pela articulação das ações da Agenda 2030 dentro do Governo. Participou que  
63 Santos é signatário das questões da Agenda de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável desde  
64 2015, estes eram os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e passou para Objetivos  
65 dos Desenvolvimentos Sustentável (ODS) na qual o Brasil e Santos, assumiram o compromisso  
66 de fazer conhecer, reconhecer e aplicar os ODS preconizadas para o mundo, fazendo  
67 esta adaptação para a cidade e a partir daí fazer com que todas as esferas de  
68 governanças, sociedade civil e outras Instituições se adaptem aos objetivos e juntos  
69 desenvolvam ações que visem, prioritariamente, melhorar a vida de pessoas e a preservação do  
70 planeta. Pontuou que a prosperidade da cidade deve contar com parcerias, pois a  
71 responsabilidade não é só do governo, na governança de uma cidade, estado, ou nação e que a  
72 população deve ser cogestora. Participou das alterações feitas no decreto do Comitê ODS em  
73 2021 no qual, anteriormente, constavam apenas Secretarias, sendo inseridas Autarquias,  
74 constando também a permissão de agregar outras Instituições, desde que tenham ações relativas  
75 às ODS e após análise, podendo assim compor o Comitê. Informou que desde 2021,

76 intensificaram o acompanhamento das ações que são feitas em nosso município, participando  
77 sobre a escala em que são ranqueados os diversos municípios do Brasil e de acordo com esta  
78 escala, os objetivos que estão ou não em conformidade são organizados por cores. Informou que  
79 nesta linha de acompanhamento do município, foi proposto que todas as Secretarias se  
80 reconhecessem dentro das ODS, relacionando-os ao Plano Plurianual de sua Secretaria e a  
81 governança geral. Informou que desde o mês de agosto de 2021, estão sendo realizadas reuniões  
82 específicas por Secretarias, pautando a importância de estar em consonância com o documento  
83 o qual Santos é signatária, reconhecendo e estabelecendo de que forma adequar-se a este.  
84 Nestas reuniões foram solicitados planos de ações para os indicadores vermelhos, ou seja, que  
85 não estão em conformidade com as metas ODS, sendo estabelecido 2022 prazo para a reversão  
86 da situação. Reforçou a necessidade de sempre monitorar todos os indicadores, independente da  
87 classificação, que é feita por cor (verde, amarelo, laranja e vermelho). Informou também que não  
88 há nenhuma secretaria ou autarquia fora do comitê. Sendo que FAMS, FUNDO SOCIAL, CAPEP,  
89 PRODESAN, IPREV, passaram neste ano de 2022 a integrar o comitê e também construíram  
90 plano de ação para execução no corrente ano. Na continuidade o Sr. Fábio (OTC) agradeceu ao  
91 convite e informou sobre Carta Compromisso do Programa Cidades Sustentável, que faz  
92 acompanhamento dos ODS, assinada por 770 municípios na qual Santos está inclusa, estando na  
93 21ª posição. Mencionou que neste momento, existem 80 indicadores ligados a ODS. Informou  
94 que há desafios em todos os indicadores e que os vermelhos são os que mais merecem  
95 atenção. Citou que há um programa da Prefeitura o PDR - Participação Direta de Resultados na  
96 qual foi colocado que indicadores negativos sejam combatidos em 2022. Explicou que este ano as  
97 Secretarias receberão a demanda de construir planos de ações dos indicadores em laranja para  
98 execução em 2023. Inteirou que está em construção minuta de projeto de lei na qual as metas  
99 dos indicadores das 17 ODS passem a integrar os planos de metas da prefeitura associados ao  
100 PDR. Participou sobre a construção do Dossiê ODS Santos 2030 projetado para o próximo  
101 semestre e também da construção do Observatório Santos 2030. Ressaltou que os dados estarão  
102 disponíveis no Portal da Transparência. O Presidente perguntou se há material atualizado sobre o  
103 estágio atual das ações para distribuição aos conselheiros. Sr. Fábio informou que já está  
104 reorganizando o Portal ODS Santos 2030 que traz o resumo dos principais documentos  
105 pactuados durante o ano de 2022 e ao longo da participação da Cidade e este conteúdo será  
106 levado para o Índice de Desenvolvimento Sustentável do Programa Cidades Sustentáveis e pelo  
107 entendimento da ONU, que é através das ações das cidades que se transformam um país.  
108 Ressaltou que a questão da sustentabilidade é muito ampla. Sr. José Roberto compartilhou tela  
109 com várias fotos entre elas a de uma árvore com entulho em volta e também fotos de resíduos  
110 sendo depositados na rua fora do horário da coleta urbana. Sr. Fábio informou que a participação  
111 da sociedade é fundamental tendo-se que conscientizar a todos sobre descarte correto frisando  
112 horários de colocação e também os locais. Sr. José Roberto informou que mostrou as fotos para  
113 conhecimento e que em sua concepção a prefeitura deveria recolher e também aplicar multas. Sr.  
114 Fábio informou que abrir uma ocorrência na Ouvidoria é a melhor forma de garantir que a queixa

115 do cidadão seja solucionada. Salientou que quando uma Secretaria não dá devolutiva dentro do  
116 prazo legal é penalizada por pontos em seu PDR e quando o serviço não é efetuado a ocorrência  
117 é reaberta e monitorada. Reforçou que é importante que as fotos documentadas pelo Sr. José  
118 Roberto cheguem à Ouvidoria para poder identificar a Secretaria responsável e encaminhar a  
119 demanda. Ressaltou a necessidade da sociedade de exercer sua cidadania com consciência  
120 quanto ao descarte em espaços públicos. Sr. José Roberto informou que mencionou este  
121 documento na Assembleia do COMDEMA e também encaminhado ofício ao Sr. Marcos Libório  
122 quando vereador. Frisou que a situação de descarte incorreto na cidade não para de ocorrer e em  
123 sua opinião é necessária uma fiscalização efetiva com aplicação de multa nos condôminos quanto  
124 à colocação de resíduos fora do horário de coleta e também do descarte em local inadequado.  
125 Participou sobre instalar cestas elevadas e fixadas nas ruas pelo próprio condomínio ou também  
126 de nichos recuados para colocação de resíduos, minimizando a situação. Quanto à visão da  
127 Ouvidoria, esta recebe centenas de ocorrência de diversos assuntos. Sr. Ibrahim pontuou que a  
128 Ouvidoria tem importante papel. Em relação às ODS, citou sobre o aumento da maré, áreas  
129 permeáveis, edificações com energia solar, reuso da água da chuva e logística reversa. Sr. Andre  
130 parabenizou a apresentação sobre os ODS tendo esta grande importância para direcionar  
131 políticas públicas. Perguntou do funcionamento do Comitê (como fazer parte, atribuições,  
132 demandas e frequências de reuniões). Informou que recebeu e-mail participando dos resultados  
133 das ODS e também neste pediu-se contribuições e que chegou a contribuir dizendo que se  
134 precisa analisar o orçamento municipal e que cada alínea tenha claro quais ODS estão sendo  
135 contempladas, tendo-se que listar as 17 ODS, relacionar o que está se fazendo para atendê-los e  
136 contribuir com cada uma deles. Sra. Suzete completou que enquanto a sociedade não se sentir  
137 participante da administração, não haverá consolidação. Participou que apenas a divulgação não  
138 é uma ação duradoura, a população necessita de conscientização sobre a diminuição na  
139 produção de resíduos ou como reutiliza-los. Ressaltou que se tem que acompanhar o progresso,  
140 porém, mantendo o planeta cuidado, sustentável e próspero. Quanto ao Comitê informou que  
141 todos os dados constam no portal da prefeitura mais que encaminhará o material por e-mail  
142 através da secretaria do Conselho. Inteirou sobre realização de reuniões com a SEFIN e SEPLAN  
143 quanto à questão do orçamento da gestão. Participou que os conselhos estão participando dos  
144 Diálogos Sustentáveis através do Departamento de Articulação (DEARTI) e todas as sugestões  
145 enviadas a estes, são encaminhadas para o Comitê para depuração de dados. Sra. Luciana  
146 parabenizou a apresentação e informou que é um assunto de extrema relevância, não só para  
147 Santos, mas mundialmente. Salientou da tentativa de acessar o Portal, porém há acessos  
148 indisponíveis e há dados antigos, exemplificando que nos índices de Santos não há conteúdo.  
149 Também participou que há alguns downloads completos. Sugeriu chamar a Secretaria de  
150 Comunicação para auxiliar na atualização, pois o acesso para a população deve ser fácil. Sra.  
151 Suzete informou que a Secretaria de Comunicação já participa e estão realizando a reformulação  
152 do portal. Sra. Luciana solicitou que conste em ata a necessidade da apresentação dos dados  
153 atualizados pela Secretaria de Comunicação, pois não foram apresentados na reunião de hoje e

154 reforçou a necessidade de facilitar o acesso ao portal. Pontuou que não fará comentários, devido  
155 ao fato de os dados não estarem acessíveis. Sr. Fábio participou que estão trabalhando na  
156 questão do acesso ao portal. Sr. Roberto informou que colocou partes do Código de Posturas de  
157 Santos de 1968 no chat. Na sequência o Presidente fez uma inversão de pauta e deu-se início ao  
158 **item 4**, referente à remoção da Vila dos Criadores e recuperação ambiental da área. Sr. Andre  
159 questionou a inversão de pauta, pontuando que nenhum documento foi comunicado ou  
160 encaminhado previamente aos conselheiros sobre o assunto. O Presidente respondeu que o  
161 COMDEMA foi oficiado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo através da juíza de  
162 direito Dra. Fernanda Menna Pinto Peres, que está presente na Assembleia e gostaria que esta  
163 explicasse sobre o assunto. Participou que o Conselho foi oficiado sobre processo de  
164 cumprimento de sentença, ato lesivo ao patrimônio histórico, estético ou turístico que diz respeito  
165 à Vila dos Criadores e que no ofício constava proposta para criação de Instituir uma Câmara  
166 Judicial de Cumprimento da Sentença de Realocação e Recuperação da Vila dos Criadores, com  
167 a finalidade de assessorar o Juiz na adoção de medidas estruturais necessárias para garantir o  
168 cumprimento da sentença exequenda através de uma governança judicial sócio ecológica.  
169 Resumiu que foi criada uma Câmara específica para tratar do assunto e o COMDEMA foi  
170 convidado a participar. O Presidente perguntou a Dra. Fernanda sobre o objetivo da Câmara. Esta  
171 participou que assumiu a 1º Vara da Fazenda Pública de Santos em 02/2021 e compartilhou que  
172 é um processo já julgado há 20 anos com trânsito em julgado há 10 anos, ou seja, pendente de  
173 cumprimento e que a questão é a desocupação da área da comunidade do antigo lixão na  
174 Alemoa. Acentuou que em 10 anos não houve plano efetivo de cumprimento desta decisão e que  
175 também há outras áreas muito delicadas, como a Vila Pantanal. Participou que é uma área de  
176 extremo risco, principalmente pela contaminação e que esta é uma área portuária com tanques e  
177 agora também com a possibilidade da instalação de um porto de gás. Presume que há uma  
178 necessidade efetiva de um Plano de Ação da Prefeitura, exemplificou a cidade de Florianópolis na  
179 questão da lagoa da Conceição, na qual foi instaurada uma câmara judicial com engajamento de  
180 todos os envolvidos e participação efetiva da Sociedade Civil. Salientou que no caso da Vila dos  
181 Criadores há muitas ODS envolvidas e que seria proveitosa a participação da Sra. Suzete e Sr.  
182 Fabio. Participou que pretende que a sentença seja cumprida com muito cuidado e que as  
183 pessoas que estão nessa área de extremo risco, sejam retiradas o mais rápido possível.  
184 Agradeceu ao espaço cedido para este projeto, pois se trata de algo inovador em todo judiciário  
185 nacional, podendo ser uma referência a ser replicada em todo Brasil. Convidou os interessados a  
186 colaborar e que estes podem contatar seu Gabinete. Sr. Andre parabenizou a Dra. Fernanda pela  
187 iniciativa. Sr. Jean a congratulou pela decisão da Câmara judicial explanou que acha interessante  
188 a participação dos interessados nas decisões. Perguntou sobre o acompanhamento das famílias  
189 da área. Indagou sobre os dados mais recente do número de unidades habitacionais e de  
190 famílias, e se existe cadastro. Dra. Fernanda explicou que pelas informações das últimas reuniões  
191 e da Secretária de Desenvolvimento Social (SEDS) acostadas aos autos do processo, oficialmente  
192 cadastradas na SEDS há pouco mais de 400 famílias, mas supõe-se que o levantamento de

193 famílias existentes seja por volta de 1.000. Participou da existência de uma área de ocupação em  
194 expansão, denominada Capadócia. Salientou que de acordo com Secretário de Meio Ambiente de  
195 Santos anterior, há um procedimento na CETESB a respeito de laudos técnicos ambientais.  
196 Solicitou que o atual Secretário de Meio Ambiente, Sr. Marcos Liborio, e o Sr. João Cirilo  
197 encaminhem esses dados a Câmara Judicial, pois será um dos primeiros encaminhamentos a  
198 serem feitos por esta. Comentou dos riscos de incêndios e explosões que existem naquela área, e  
199 que há todo um trabalho com a comunidade devido ao sentimento de pertencimento destes, pois  
200 há moradores de mais de uma década. Sr. José Roberto participou que foi perito judicial neste  
201 processo em 1991 e perguntou se o processo é público. Dra. Fernanda respondeu que sim e é  
202 físico, no entanto o cumprimento da sentença é digital e visualizado no site do Tribunal de Justiça.  
203 Sr. Andre participou que além das famílias estimadas na Vila dos Criadores, existem cerca de 40  
204 mil pessoas que vivem hoje em favelas de palafitas no município de Santos. Informou que  
205 caberia até uma representação no processo, até do Prefeito anterior, e que em 08 anos nada foi  
206 feito na questão habitacional social que é gravíssima, impactando a saúde, turismo, economia e o  
207 meio ambiente e que esta precisa ser resolvida. Desejou sucesso no trabalho do Tribunal de  
208 Justiça. Sr. Ibrahim comentou que o “Navio-Bomba”, não é um projeto sustentável e que existem  
209 alternativas, como a instalação deste em mar aberto, diminuindo risco de explosão. Ressaltou que  
210 o local da possível instalação do “Navio-Bomba” é próximo da Vila dos Criadores. No **item 3**, o  
211 Presidente informou do recebimento de ofício do Ministério Público assinado pelo promotor Dr.  
212 Fernando Reverendo Vidal Akaoui, cujo assunto é a Averiguação de Irregularidades na Parceria  
213 Público Privada (PPP) quanto a Concessão de Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e  
214 Limpeza Urbana no Município de Santos. Onde se solicitou informes e se este foi requerido pelo  
215 Poder Público Municipal, direta ou indiretamente, e também da participação de debate na  
216 firmação da PPP em relação ao Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana da cidade de  
217 Santos, e se tiveram acesso a documentos e planilhas produzidas pela Prefeitura Municipal de  
218 Santos para aquela finalidade. O Presidente salientou que foi estipulado prazo de 30 dias para a  
219 reposta. Informou que enviou o ofício à Câmara Técnica de Legislação Ambiental para formulação  
220 de manifestação. Sendo respondido que o COMDEMA não foi instado pelo Poder Público a  
221 participar da PPP e apenas indiretamente, através de notícias veiculadas pela mídia e que os  
222 documentos que tiveram acesso foram através dos canais oficiais da Prefeitura. Relatou que  
223 alguns conselheiros participaram individualmente, não representando o conselho, pois o  
224 COMDEMA não foi instado a participar oficialmente. E abriu a palavra para discussão do assunto  
225 na Assembleia. Sr. Andre participou que seria interessante compartilhar o ofício recebido pelo  
226 Ministério Público e o ofício de resposta do COMDEMA. O Presidente sugeriu acompanhar o  
227 assunto com os conselheiros para manterem-se atualizados. Sra. Luciana colocou-se à  
228 disposição para acompanhar os estudos relacionados aos próximos andamentos e entende que a  
229 Câmara Técnica de Legislação também poderá colaborar. No **Item 5**, Sr. Jean informou que como  
230 membro da Câmara Técnica de Legislação Ambiental, recebeu ofício do Ministério Público sobre a  
231 PPP, estranhando que este, não foi encaminhado aos demais conselheiros. Participou que se

232 deve tornar público o ofício e o conteúdo do requerimento feito pelas entidades ao MP, pois,  
233 originou a abertura do inquérito civil. Reforçou que o assunto deve ser discutido dentro dos  
234 Conselhos, sugeriu reunião conjunta com o Conselho de Saneamento Básico (CMSBS) e do  
235 Conselho Municipal dos Usuários dos Serviços Públicos (COMUS) para discutir esse tema e  
236 principalmente os planos de Saneamento Básico e Resíduos Sólidos. Pontuou que o Conselho de  
237 Saneamento Básico precisa informar se houve revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico  
238 e como foi feita. Reiterou sobre a necessidade da reunião Conjunta entre os 03 conselhos  
239 instados pelo MP. O Presidente explicou que acionou a CT, por ser um grupo menor, e em janeiro  
240 o Conselho estava de recesso e tinha-se prazo para responder o ofício. Solicitou a secretaria do  
241 COMDEMA que encaminhe os ofícios recebidos e enviados aos conselheiros. Em relação ao  
242 CMSBS e COMUS participou que acha interessante a reunião ser promovida. Sr. Jean  
243 recomendou contatar o Departamento de Articulação – DEARTI, para promover as reuniões.  
244 Justificou que a Audiência Pública é um chamamento prévio para pessoas físicas, e que pessoas  
245 jurídicas não respondem a chamamentos de Audiência Pública, são apenas convidadas.  
246 Ressaltou a importância da participação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano  
247 (CMDU) na reunião conjunta. Sr. Andre concordou com o encaminhamento do Sr. Jean sendo  
248 interessante acionar o DEARTI para realizar a reunião conjunta dos Conselhos. Sugeriu enviar  
249 ofício a Prefeitura solicitando informações sobre andamento da revisão do Plano Municipal de  
250 Resíduos Sólidos, pois consta que as revisões são efetuadas a cada 04 anos e se passaram 10  
251 anos. Questionou como que se propõem uma PPP, sem se fazer a revisão do Plano Municipal de  
252 Saneamento e porque não aguardar a revisão. Saliou de como se pode fazer um contrato para  
253 30 anos no valor de 8 bilhões de reais sem fazer o devido diagnóstico da revisão desses planos,  
254 pois estes trarão informações que irão sustentar que solução atualizadas precisam-se realizar. O  
255 Presidente perguntou se existe frequência recomendada ou exigida para revisão do Plano, onde  
256 há determinação de prazo e quem é responsável de providenciar o processo de revisão. Sr. Andre  
257 reiterou que a frequência da revisão é de a cada 04 anos e consta no Plano Municipal de Santos  
258 de 2011/2012. Quanto à responsabilidade cabe a Prefeitura. Sr. Ibrahim participou que este  
259 questionamento foi feito a Prefeitura junto a Câmara Municipal através do requerimento nº 3.955  
260 de 07/2020 aprovado em plenária, e não houve resposta. Este leu aos conselheiros o conteúdo do  
261 requerimento: “Quais motivos às metas e ações apontadas no Plano Municipal de Saneamento  
262 Básico em relação à gestão dos resíduos sólidos foram ignoradas até no momento, se a cidade  
263 não vai cumprir as metas do documento em relação aos resíduos sólidos, será elaborado um novo  
264 plano ou este será revisado quando? Por quais motivos antes de executar as ações apontadas  
265 nesse amplo estudo de 2010, a administração municipal vê como solução para a gestão dos  
266 resíduos sólidos a instalação de incinerador de lixo na área continental.” Explicou que o Plano  
267 não prevê só a revisão de 04 em 04 anos, mas também a implantação de pontos de entrega  
268 voluntária instalação de galpões e triagem para seleção, separação e reclassificação de resíduos  
269 provenientes da coleta seletiva. Sra. Luciana participou que compactua com as questões  
270 levantadas, pois nas assembleias dialogou-se sobre os planos. Explicou que se trabalhou mais

271 de um ano no de Saneamento e no de Resíduos e não entende o que aconteceu com o trabalho.  
272 Ressaltou que precisam recupera-lo e entender porque não foi levado adiante. No item 5, o  
273 Presidente informou que a CT de Qualidade Ambiental recebeu 04 demandas: 1. Analisar a  
274 recomendação da elaboração do Plano Diretor de Arborização (PDA) e que após análise e  
275 deliberação, foi enviada ao Secretário de Meio Ambiente, a recomendação de elaboração do PDA;  
276 2. Analisar a carta de recomendação referente à transferência da Copaísa para a SEMAM e após  
277 análise foi encaminhada ao Executivo; 3. Análise de 02 minutas de resolução referente ao  
278 Programa Município VerdeAzul (PMVA); 4. Efetuar parecer dos ofícios respostas do  
279 CONDEPASA e SEMAM sobre tombamento das arvores do HGA. O Presidente explicou que as  
280 demandas 01 e 02 foram efetuadas, e as demandas 03 e 04 estão sendo analisadas pela CT de  
281 Qualidade Ambiental e contatará seus coordenadores quanto à celeridade destas. Sr. Ibrahim  
282 participou que a demanda do PDA seria mais consistente com a formação de uma comissão,  
283 liderada pelo Secretário e contatar o Poder Executivo sensibilizando a importância da arborização  
284 urbana. Mencionou a importância do Plano Municipal da Mata Atlântica. O Presidente sugeriu  
285 aguardar a resposta do Secretário antes de novas providências. Na continuidade passou para a  
286 CT de Desenvolvimento Sustentado que recebeu 01 demanda: Analisar 01 minuta de resolução  
287 referente ao Programa Município VerdeAzul (PMVA). Sr. Andre informou que a CT de  
288 Desenvolvimento Sustentado está sem coordenador com a saída do Sr. Marcos Bandini do  
289 Conselho. Participou sobre aguardar a entrada de novos conselheiros para compor a CT. Pediu  
290 ao Presidente que lembrasse quais os temas das resoluções encaminhadas, pois a CT de  
291 Desenvolvimento Sustentado tinha encaminhado demanda gerada por ela própria e aprovada por  
292 unanimidade com dois assuntos diferentes: uma sobre a questão de pautas e outra da proibição  
293 do uso de combustíveis fósseis em novos empreendimentos e queima de resíduos. Sugeriu  
294 criação de e-mail específico do COMDEMA para facilitar a comunicação entre os conselheiros.  
295 Este informou não estar com as resoluções para repassar, porém reencaminhará posteriormente  
296 as 03 minutas de resoluções e que verificará sobre a criação do e-mail. Quanto à reposição do  
297 coordenador da CT, o Presidente sugeriu que o Sr. Andre seja o coordenador interino para que se  
298 tenha andamento nas atividades. Sr. Andre falou se o Sr. Ibrahim, Andre Mafrá e Sergio  
299 concordarem, poderá ficar como coordenador interino. Em **Assuntos Gerais**, Sr. Andre  
300 mencionou os art. 8º e 9º da Lei de Criação do COMDEMA quanto à questão que cabe ao  
301 plenário discutir votar e deliberar as proposições apresentadas. E que a pauta é um desses temas  
302 importantíssimos que fala claro na lei. Encaminhou a seguinte proposta de texto para ser incluída  
303 no Regimento Interno ou constado em ata: “Toda proposta de pauta deve ser discutida em  
304 reunião plenária e, caso aprovada, pautada na reunião seguinte, enviando com antecedência  
305 mínima de uma semana, todos os documentos cabíveis aos conselheiros”. Sugeriu que outro item  
306 seria que “matérias urgentes podem ser incluídas na pauta mediante a aprovação da plenária no  
307 início da reunião, desde que todos os documentos cabíveis tenham sido enviados aos  
308 conselheiros com antecedência mínima de uma semana”. O Presidente concordou com a fala do  
309 Sr. Andre. Sr. Ibrahim comentou sobre a imunidade ao corte das árvores do HGA, no qual foi

310 enviado ofício ao CONDEPASA, e que leu no encaminhamento enviado a Sra. Sandra Pivelli  
311 sobre Inventário Arbóreo, onde está respondeu que só teve permissão para realizar o Inventário  
312 da Avefauna do hospital. Informou que reenviou a resposta à secretaria do COMDEMA e que  
313 gostaria de saber qual o encaminhando deve-se dar agora para continuar esse processo de  
314 imunidade de corte as arvores do HGA. O Presidente respondeu que se deve adotar o mesmo  
315 procedimento do Plano Diretor, oficiar o Secretário com a sugestão de execução deste, participou  
316 que será elaborado ofício. Sr. Ibrahim comentou sobre o projeto de resolução entre o COMDEMA  
317 e Câmara Municipal referente ao encaminhamento dos projetos de cunho ambiental, para serem  
318 analisados previamente pelo COMDEMA. O Presidente participou pendência na questão, por  
319 necessitar de agendar reunião com o Presidente da Comissão do Meio Ambiente e  
320 Desenvolvimento Sustentável – CMADS. Solicitou ajuda do Sr. Ibrahim no assunto. Sr. Ibrahim  
321 observou que a reunião entre os Presidentes do COMDEMA, Câmara e CMADS deve ser de  
322 esclarecimento, ponderando-se quanto a decisões unilaterais do Conselho, mas que seja  
323 elaborado um projeto de resolução registrando documento, transcendendo as direções da Câmara  
324 Municipal, do COMDEMA e da Secretaria do Meio Ambiente, tornando-se uma prática comum. O  
325 Presidente respondeu que confirmado agendamento organizará um grupo para ir à reunião e citar  
326 os apontamentos ditos pelo Sr. Ibrahim. Sr. Andre perguntou se sua proposta quanto a pautas foi  
327 aprovada e se será inserida no Regimento Interno. Como não houve manifestação contrária, a  
328 mesma foi aprovada pela plenária e o Presidente respondeu que de imediato está registrado em  
329 Ata e o procedimento passará a ser este. Esclareceu que irá se informar sobre como realizar  
330 alterações e revisões no Regimento Interno, pois há outros pontos a serem atualizados. Sr. Andre  
331 perguntou se não seria este assunto uma das resoluções do Município VerdeAzul. O Presidente  
332 participou que está é uma questão regimental e terão que revisar todo o Regimento Interno. Sr.  
333 Andre participou que encaminhará o texto à secretaria do COMDEMA. Propôs como pauta para a  
334 próxima Assembleia, cumprir o inciso XI do artigo 3º da Lei de Criação do Conselho, Lei Municipal  
335 nº 1.660/1998: “discutir e propor prioridades para investimento do orçamento municipal na área do  
336 meio ambiente”. Aprovado pela plenária, o Presidente disse que a pauta da Assembleia de março  
337 terá o item proposto pelo Sr. Andre, também o andamento dos Planos Municipais de Resíduos  
338 Sólidos e Saneamento e a PPP. Caso haja item emergencial serão avisados e que o objetivo é  
339 encaminhar a pauta com 01 semana de antecedência aos conselheiros com os documentos  
340 pertinentes. Nada mais havendo a ser tratado, a Assembleia foi encerrada, sendo a Ata, depois de  
341 lida e aprovada, assinada por mim Glaucia Reis e pelo Presidente do COMDEMA.

ADEMAR SALGOSA JUNIOR  
Presidente

GLAUCIA REIS  
Secretária

**13ª ASS. ORD. COMDEMA BIÊNIO 2021-2022 – LISTA DE PRESENÇA – 02/02/22**

1	<b>SEMAM</b>	TIT: RONALDO VIZINE	<b>PRESENTE</b>	SUP: MARCUS NEVES FERNANDES	
2	<b>SEMAM II</b>	TIT: SERGIO LUIZ O. SCHLICHT	<b>PRESENTE</b>	SUP: JOÃO L. CIRILO F. WENDEL	
3	<b>SESEG</b>	TIT: PACITA L. FRANCO		SUP: VICTOR ARROYO DO VALLE	<b>PRESENTE</b>
4	<b>SEDOC</b>	TIT: LIANA A. J. PIO CARMO	AUSENTE	SUP: ANGÉLICA E. G. GOMES	AUSENTE
5	<b>SEFIN</b>	TIT: FERNANDO CARNICELLI	AUSENTE	SUP: ALEXANDRE MAGNO S. MARQUES	AUSENTE
6	<b>SEMES</b>	TIT: SANDRA C. A. DATTI	JUSTIFICADA	SUP: ALEXSANDER J. GUEDES	
7	<b>SEECTUR</b>	TIT: VÁLERIA C. DA COSTA	<b>PRESENTE</b>	SUP: PAULO GONZALEZ	
8	<b>SEDI</b>	TIT: PAULO A. FRITELLI	<b>PRESENTE</b>	SUP: LUCIANA C. CASTRO	
9	<b>SMS</b>	TIT: ALEXANDRE N. MENDES	<b>PRESENTE</b>	SUP: CRISTIANO SILVA SOUZA	
10	<b>SESERP</b>	TIT: CARLOS TADEU EIZO	<b>PRESENTE</b>	SUP: WAGNER A. O. RAMOS	
11	<b>SEDS</b>	TIT: RODRIGO G. M. AZEVEDO	JUSTIFICADA	SUP: FABIANA V. O. ALMEIDA	
12	<b>SEDURB</b>	TIT: VERIDIANA N. L. TEIXEIRA		SUP: CARLA PUPIN	JUSTIFICADA
13	<b>SECULT</b>	TIT: PAULO H. M. F. LOPES	AUSENTE	SUP: MICHEL PEREIRA	AUSENTE
14	<b>SEGOV</b>	TIT: BRUNO B. FRANCISCHINI	AUSENTE	SUP: AISAMAR DOS SANTOS	AUSENTE
15	<b>SEPLAN</b>	TIT: MARIA G. L. PIBEIRO	AUSENTE	SUP: RONNIE T. SENS	AUSENTE
16	<b>SEPORT-PE</b>	TIT: ADILSON LUIZ GONÇALVES	<b>PRESENTE</b>	SUP: TAMARA RIBEIRO DOS ANJOS	
17	<b>COHAB</b>	TIT: ANA PAULA C. MACHADO	<b>PRESENTE</b>	SUP: JULIANA R. NOBREGA	
18	<b>PRODESAN</b>	TIT: POMPEU O. CAVALCANTE		SUP: MARLY A. CIMINO	<b>PRESENTE</b>
19	<b>CET</b>	TIT: EDUARDO SIMABUKURO	<b>PRESENTE</b>	SUP: CARLOS M. MARQUES	

1	<b>UNIMONTE</b>	TIT: MARIA F. PALANCH HANS	<b>PRESENTE</b>	SUP: ERNESTO S. FORTES	
2	<b>UNISANTA</b>	TIT: MATHEUS S. RUIZ	JUSTIFICADA	SUP: FERNANDO S. CORTEZ	
3	<b>UNISANTOS</b>	TIT: JHONNES A. VAZ	<b>PRESENTE</b>	SUP: CLEBER F. CORRÊA	
4	<b>EPUSP-USP</b>	TIT: YURI T. ROCHA	AUSENTE	SUP: PATRICIA H. MATAI	AUSENTE
5	<b>UNILUS</b>	TIT: CLEIDE B. DE SOUZA	<b>PRESENTE</b>	SUP: DOMEIVER S. VERNI	
6	<b>CIESP</b>	TIT: THAIS C. MARKEVICH	AUSENTE	SUP: ERIK S. SALGADO	AUSENTE
7	<b>ASSOC. COM. STOS - ACS</b>	TIT: ROGÉRIO CONDE	AUSENTE	SUP: JOSÉ E. LOPES	AUSENTE
8	<b>CREA</b>	TIT: RUBENS M. BEZERRA	AUSENTE	SUP: DANIEL L. SALGADO	AUSENTE
9	<b>AEAS</b>	TIT: ADEMAR SALGOSA JR	<b>PRESENTE</b>	SUP: KATIA DOLABELLA LUZ	
10	<b>ABES</b>	TIT: MÁRIO B. FILHO	<b>PRESENTE</b>	SUP: ZENIVALDO A. DOS STOS	
11	<b>OAB - Brasil</b>	TIT: LUCIANA S. GONZALEZ	<b>PRESENTE</b>	SUP: GILBERTO P. FREITAS	JUSTIFICADA
12	<b>SANTOS LIXO ZERO</b>	TIT: ANDRE TOMÉ COELHO	<b>PRESENTE</b>	SUP: MAITÊ F. CENEDESI	
13	<b>VIDAS RECICLADAS</b>	TIT: GISELLE B. REZENDE		SUP: MARO CHIOCCARELLO Jr	<b>PRESENTE</b>
14	<b>ASS. SANTISTA DE LONGBOARDER</b>	TIT: JOSÉ R. FERNANDES	<b>PRESENTE</b>	SUP: CAETANO V. M. FILHO	JUSTIFICADA
15	<b>CONCIDADANIA</b>	TIT: IBRAIM TAUIL	<b>PRESENTE</b>	SUP: CESAR A. M. DE MORAES	
16	<b>INSTITUTO MAR AZUL</b>	TIT: HAILTON SANTOS	<b>PRESENTE</b>	SUP: CARLOS H. B. CANGIANO	
17	<b>SIND DOS ARQUITETOS</b>	TIT: JEAN PIERRE M. CRÉTE	<b>PRESENTE</b>	SUP: ANDRÉ JOST MAFRÁ	
18	<b>CENT ACAD. OCTAVIO BORBA</b>	TIT: JORGE L. DOS SANTOS	AUSENTE	SUP: JEFFERSON DE SOUZA	AUSENTE
19	<b>COMEB</b>	TIT: MÁRIO B. ROSA	AUSENTE	SUP: JOSÉ C. ALMEIDA	AUSENTE

**OBSERVADORES ESPECIAIS**

1	<b>SABESP – OBS. ESP</b>	ROSA CRISTINA F. NASCIMENTO		
2	<b>SESEG– OBS. ESP</b>	WASHINGTON MOURA ANTUNES ou ANTÔNIO CARLOS DA SILVA		
3	<b>POLIC. AMB – OBS. ESP</b>	2º SGT PM CIRO CARLOS G. DA SILVA		
4	<b>IBAMA– OBS. ESP</b>	ANA ANGÉLICA ALABARCE PINTO ou ROBERTO REIS DOS SANTOS		
5	<b>AGEM– OBS. ESP</b>			
6	<b>SPA– OBS. ESP</b>	LUIZ FERNANDO MACIEL OLIVA		
7	<b>REDEC– OBS. ESP</b>	REGINA ELZA		

**CONVIDADOS PRESENTES NA ASSEMBLEIA**

SEMAM	THAMYRES MEDINA, EDUARDO KIMOTO, GREICILENE PEDRO, AMANDA PRADO, DEBORA MANDAJI E RODRIGO DERBEDROSSIAN.
SECRETARIA DE GOVERNO - SEGOV	SUZETE DOS SANTOS
OUIDORIA TRANSPARENCIA E CONTROLE - OTC	FABIO TATSUMI MAESHIRO
INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO URBANISTICO - IBDU	GABRIELA ORTEGA
SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE	MARCOS OLIVEIRA LIBÓRIO
JUIZA 1A. VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO FORO DE SANTOS	FERNANDA MENNA PERES PINTO
MUNICIPE	MARCOS BANDINI

